COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

PROJETO DE LEI Nº 2.020, DE 2019

Altera o parágrafo único do art. 3º-B do Decreto Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Autor: Deputado LÉO MORAES

Relator: Deputado SIDNEY LEITE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.020, de 2019, visa a ampliar o percentual de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinado às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para isso, altera o parágrafo único do art. 3º-B do Decreto Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Segundo a nova redação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Fundo seriam aplicados em instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – em lugar dos 30% (trinta por cento) estabelecidos na redação ora em vigência.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Foi distribuída a esta Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; à de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; à de Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e à de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Chega, para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 2.020, de 2019, visa a ampliar o percentual de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinado às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para isso, altera o parágrafo único do art. 3º-B do Decreto Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Segundo a nova redação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Fundo seriam aplicados em instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional – em lugar dos 30% (trinta por cento) estabelecidos na redação ora em vigência.

A proposição, na verdade, origina-se do Projeto de Lei nº 1.863, de 2015, com idêntica ementa e pequenas variações no corpo do texto em relação à versão original apresentada pelo seu Autor Jorge Corte Real. O parecer pela aprovação do PL nº 1.863, de 2015, foi aprovado por unanimidade nesta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) em 14/10/2015, na forma de Substitutivo, que, entretanto, fez-lhe apenas reparos de técnica legislativa. A proposição acabou por ser arquivada e, não tendo o seu Autor sido reeleito, foi reapresentada pelo ilustre Deputado Leo Moraes.

Destarte, quanto ao mérito essencial da proposta, nada teríamos a acrescentar ao irreprochável – e ainda perfeitamente atual – voto do relator Alan Rick nesta Comissão em 14/1/2015, que reproduzimos *verbatim*:

A Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e o Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009, regulamentaram o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e promoveram mudanças no processo de definição e aplicação dos recursos dos Fundos Setoriais. Entre as

alterações mais significativas, destacam-se: 1 – a criação do Conselho Diretor, órgão central do sistema, presidido pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e composto por membros de governo, representantes da comunidade científica e do setor empresarial; 2 – a institucionalização das ações transversais e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais – CCF; e 3 – a institucionalização do plano de investimento anual do FNDCT.

A regulamentação possibilitou, ainda, que os recursos destinados às operações reembolsáveis, oriundos de empréstimos do FNDCT, pudessem ser aplicados pela Finep, devendo o produto das aplicações ser revertido à conta do Fundo, garantindo, assim, ao FNDCT a acumulação de ativos e patrimônio, permitindo se estruturar como um Fundo de natureza contábil, com receitas próprias, e com objetivo de financiar o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação para promoção do desenvolvimento econômico e social do País.

Após os avanços alcançados com a Lei nº 11.540, de 2007, e seu Decreto regulamentador, o desafio é, sem dúvida, o alcance de maior equilíbrio no financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico das regiões do País.

De acordo com o Relatório de Resultados do FNDCT 2013, divulgado, em 2014, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, os valores desembolsados para projetos reembolsáveis encerrados e ativos em 2013 mostram que as regiões Sul e Sudeste concentraram 77% dos recursos aplicados. Em relação às operações de subvenção, observa-se que a maioria expressiva delas, mais de 80%, está também concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

Esse quadro ocorre na atual conjuntura, em que são assegurados apenas 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. [...] essas regiões menos favorecidas com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico abrigam mais de 74% das unidades federativas brasileiras, justamente as que mais necessitam de investimento para seu desenvolvimento.

Por esta razão, a proposta de elevar o percentual mínimo de recursos do FNDCT destinados às referidas regiões para 50% deve receber todo o nosso apoio.

Pelo exposto, votamos pela **aprovação** quanto ao mérito desta Comissão do Projeto de Lei nº 2.020, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado SIDNEY LEITE
Relator

2019-11041